

Experiências educativas da juventude: entre a escola e os grupos culturais

Janice Tirelli Ponte de Sousa*

Olga Celestina Durand**

Resumo

O artigo discute, a partir do conceito de socialização, algumas experiências educativas juvenis na escola e nos grupos culturais. Sob o enfoque da Sociologia da Juventude, debate a constituição da categoria juvenil contemporânea na sua relação com o espaço escolar e os demais espaços sociais de inserção do jovem. Analisa as práticas sociais do jovem como formas de resistência e protesto sócio-cultural que se exprimem associativa e coletivamente enfatizando o seu sentido político-social. Apresenta ainda, dados empíricos de pesquisas realizadas com jovens no sul do Brasil que permitem concluir sobre a necessidade da incorporação dos valores das culturas juvenis no processo educativo para a superação do papel da escola na formação para a mera adaptação social e ausência de questionamento.

Palavras - chave

Juventude; Juventude – Conduta; Jovens e Escolas; Juventude – Aspectos sociais.

*Professora do Departamento de Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Doutora em Psicologia Social pela USP.

**Professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC. Doutora em Educação pela USP.

Introdução

Instituições como a família e a escola, consideradas como espaços tradicionais de socialização dos indivíduos que por elas passam, não estão isentas das grandes e profundas mudanças sociais que vêm ocorrendo nas últimas décadas no mundo todo. Essas transformações quebram as fronteiras territoriais políticas, econômicas, sociais e culturais e atingem o cotidiano de todos os indivíduos, principalmente daqueles que procuram constituir-se como sujeitos de novos saberes e conhecimentos. Nesses tempos, nos quais as mudanças e diversidade social ganham destaque nos debates, a família e a escola são questionadas sobre o seu papel social, pois, de certa forma, geram relações conflituosas quando não contemplam a sociabilidade que se desenvolve no âmbito social cultural

Marcado pela situação transitória e limítrofe entre a dependência da infância e a autonomia da vida adulta, o jovem/aluno¹ tem sido objeto de uma atenção social ambígua pelas políticas públicas e pela instituição escolar, que não têm considerado a condição social juvenil em suas múltiplas dimensões no processo educativo. Por razões históricas, que não cabe aqui discutir, essa fase do ciclo de vida tem sido caracterizada, nos limites das decisões educativas, apenas como uma transição para a vida adulta, sendo esta última considerada plenitude e modelo normativo para as outras fases.

Na teoria social o tema da juventude também se ressentia dessa ambigüidade quando interroga sobre as possibilidades de estabelecer parâmetros gerais e pouco eficazes para a compreensão desse momento do ciclo vital, ocorrendo que algumas posições radicadas na idéia de diversidade acabam por negar a possibilidade de qualquer tratamento comum ao tema (PAIS, 1993). Ancoradas sobretudo nas análises das classes sociais, essas orientações apontam para a estrutural diversidade das formas de reprodução social e cultural e tornando praticamente impossível a constituição de uma representação mais ampla em torno da idéia de juventude. Seus opositores, as correntes tidas como geracionais, na acepção de Pais (1993) afirmam os elementos comuns da fase de vida².

Tendo em vista a ineficácia de certas polaridades que não oferecem elementos para a compreensão e intervenção junto aos jovens em suas práticas diárias, a teoria vem buscando alternativas de trabalho que contemplem, ao mesmo tempo, traços comuns e diferenças que incluam

elementos geracionais e condições de sua origem social de classe³. Nesse sentido, a compreensão teórica por intermédio do cotidiano dos jovens contribui para o esclarecimento da natureza das continuidades ou descontinuidades intergeracionais (PAIS, 1993) que interferem nas expressões e comportamentos socioculturais juvenis.

A socialização dos jovens/alunos na instituição escolar encontra seu limite no seu papel de reprodução compromissado com o arbitrário cultural dominante (BOURDIEU, 1998), ignorando as relações político-pedagógicas geradoras da autonomia juvenil no seu interior, e que manifestam o cenário vivo das interações contemporâneas. Na maioria das vezes, as medidas e limites de suas intervenções são orientadas por uma abordagem dos conflitos e interesses juvenis como um problema sobre o qual se aplicam soluções integrativas de convívio consideradas suficientes para a orientação da passagem para o mundo adulto. Ignora-se o jovem como um ser que vive condições específicas de um ciclo de vida, como um ser social de direitos que deve ser reconhecido na sua condição histórico-cultural e que não está situado de forma homogênea como uma categoria social (MARGULIS, 1996).

A escola e o modelo da repetição

No século XX as Ciências Humanas sistematizaram a preocupação com a infância e a juventude e legitimaram a resposta integrativa a todo um sistema de valores sociais nos estudos da psicologia, da sociologia e da antropologia para compreensão do comportamento juvenil com vistas à sua vigilância e disciplinarização. A intervenção moderna sobre a vida de jovens e crianças teve como objetivos conter, controlar, vigiar suas energias desordenadas, disciplinando-as. O ensino na escola pública, capaz de incentivar a função coletiva da educação na modernidade, tem se desqualificado como espaço formador, das novas gerações, da cultura cultivada e da competência para a reproduzir ou mesmo questionar os valores sociais e culturais. A escola hoje está sob suspeita na medida em que o ensino está referenciado num modelo em crise, ou seja, naquele que resulta de uma cronologia social cujo ciclo está sob as injunções de um mundo fundamentalmente novo, um ordenamento cultural co-figurativo no qual o aprendizado comum é realizado pelos diferentes grupos etários e não apenas pela escola e a família.

Esse cenário de socialização em crise, resultante de exigências da reordenação funcional da relação entre Estado e sociedade civil, instituições sociais e atores, movimentos sociais e outras demandas, auxilia na identificação do quanto a juventude se ressentida das transformações do mundo contemporâneo (PERALVA, 1997). Existe uma nova sociabilidade atravessando as relações sociais, que não toma como referência as pautas transmitidas da experiência passada como elementos de ordenação e domesticação do futuro, que contradiz o modelo fundado em máximas portadoras de utopias (no caso conservadoras) a serem seguidas.

O jovem contemporâneo pode assim ser considerado como modelo da cultura cuja transição do século XX para o XXI assiste a uma descronologização que incide sobre a vida das novas gerações de modo a não mais validar as referências cronológicas e sim as funcionais, que balizam os limites entre uma idade e outra, entre uma geração e outra. Este aspecto tem levado à reflexão acerca de como os jovens são socializados em relações advindas dessas transformações que se referem ao mundo do trabalho, da cultura, do lazer e que modificam as diversas dimensões de suas vidas. Hoje os jovens entram mais tarde no mercado de trabalho, enquanto os adultos saem mais cedo, no momento em que o ciclo de vida se alterou (a esperança de vida é maior). Os significados simbólicos de atributos se alteraram: tem-se acesso ao controle do próprio tempo, ao carro, à sexualidade, à moradia independente, ainda que o desemprego os obrigue a permanecer por mais tempo na casa paterna, o que se configura tanto como um fenômeno social quanto cultural (PERALVA, 1997).

Os jovens são ainda observados, institucionalmente, com os olhos da vigilância, conforme a sua capacidade maior ou menor de resistência, e estão submetidos a referências de socialização apoiadas em modelos teóricos que pouco estão se interrogando diante das transformações práticas da sua vida cotidiana e que interferem, fundamentalmente, na mudança do seu comportamento social.

É relevante considerarmos a tradição conservadora da sociologia da educação, traduzida nos trabalhos de Emile Durkheim, para nos auxiliar na argumentação de que as orientações do modelo educativo acima referido não dão conta dos aspectos sócio-estruturais e das condições subjetivas que envolvem o momento da vida juvenil.

Para Durkheim (1952), a educação é a fonte da formação social do indivíduo, devendo prepará-lo para a vida, para compreender o lugar onde se encontra, prepará-lo para atuar e assimilar os mecanismos funcionais do tecido social. Nessa visão, os educadores ensinam pelo que se lhes impõem as funções sociais, para a formação de uma subjetividade instrumental de manutenção de valores da vida social. Quanto mais desenvolvida essa subjetividade, mais plenamente terá a capacidade de representar as qualidades humanas do homem do seu tempo histórico. Correspondendo ao sistema e à estrutura social em suas funções e organicidade, suas práticas articulam-se num conjunto mais amplo que é a própria sociedade.

O sentido da experiência educativa, nesse contexto teórico, atribui às gerações mais velhas a co-responsabilidade pela educação das mais novas e, genericamente, atua de forma permanente, factual, ativa, reprodutora da experiência social independentemente da intenção humana nela contida. Ao se apoiarem nas necessidades práticas da vida social, os adultos reforçam as instituições, fortalecem as normas e por meio delas materializam um sistema de condutas que, tanto no âmbito da vida privada quanto no da vida pública, sustenta realidades decorrentes de causas históricas, religiosas, de organização da vida política e outros. Essa argumentação sugere o entendimento de que na escola não há muito o que criar, e sim reproduzir.

Para Durkheim (1952) a educação não pode ser entregue ao arbítrio individual e nem difundida por um postulado ideal, perfeito, aplicada a todos indistintamente, mas deve mudar conforme o tempo e o meio, para que seja capaz de sustentar a reprodutibilidade da sociedade. Reafirmando a lógica social – dentro do princípio de que nada serviria imaginar uma educação que levasse à morte a sociedade que a praticasse –, o autor identificou na sua teoria o quadro de uma pedagogia afirmativa da diferença social, que se justifica moralmente e se sustenta na necessidade da especialização como forma de acompanhar a diferença tomada como um fato natural.

Nesses termos, a educação como fato pedagógico é um processo de socialização que coloca o professor representado num trabalho de autoridade diante do jovem, de transmissor do sentimento orientador do dever. Os adultos, mestres e pais, tornam-se modelos e adquirem legitimidade no exercício da autoridade moral e estabelecem referenciais de socialização. É preciso ressaltar que esses pressupostos de exigências funcionais institucionais alheias às especificidades da idade juvenil ainda hoje são orientadores da conduta cotidiana de muitos educadores.

Ao longo do século XX, os jovens, muitas vezes, foram considerados surdo-mudos sociais, e impôs-se uma educação com vínculos disciplinadores e morais do arbitrário cultural dominante, apoiado em critérios objetivistas. A instituição educativa assim age com o jovem ignorando a natureza dos seus signos e códigos descompromissados com a ordem social, o seu sentido afirmativo de identidade, as potencialidades dos seus questionamentos, a condição provisória da vida e a vulnerabilidade material que sofre em função da mudança das relações produtivas da sociedade em crise. Os jovens/alunos têm protagonizado, assim, experiências que testemunham o quanto são vulneráveis diante de uma atenção ambígua, ausente, formalista, cautelosa e desconfiada.

A globalização difundiu rapidamente novos estilos de vida e as culturas juvenis vêm adquirindo uma identidade que recusa a institucionalidade, criando práticas de rejeição política ativa e, paradoxalmente, coloca os educadores diante da realidade especial da vida jovem. Mas o que confere a condição especial em ser jovem?

Ser jovem é estar numa relação material e simbólica com o mundo

O jovem compõe um grupo social heterogêneo, que se apresenta à sociedade sob a égide da diversidade e exige de sua escolarização processos de aprendizagem que considerem o conjunto de vínculos que afinam seu caráter, escolhas, recusas, gostos culturais, condutas ética e ideológica diante dos acontecimentos, elementos que corroboram para formar a sua consciência social.

Esse conjunto de vínculos é problematizado nos estudos de Melucci (1991), mostrando a idéia de que essa fase de vida caracterizar-se-ia por ser um início de situações que podem eventualmente acompanhar os indivíduos durante toda a sua vida. A força desse momento decorreria, então, da sua constituição como passagem, o que significa adentrar em processos que continuarão na vida adulta, mas são experimentados nesse momento com maior intensidade: “os problemas que se encontram pela primeira vez na adolescência: escolhas, dilemas, relações com a mudança contínua, não serão superados na adolescência mas se iniciam a partir dela e fazem parte do panorama existencial de qualquer um (...)” (FABBRINE; MELUCCI, 1992, p. 20).

Esse tema remete a uma outra contribuição advinda de outros autores (MELUCCI, 1997; MARGULIS, 1998) para a compreensão da especificidade da experiência vivida pelos jovens: a dimensão do tempo. Um dos grandes temas da reflexão sociológica dos últimos anos tem sido a compreensão das alterações substantivas que se dão na construção da temporalidade nas sociedades contemporâneas afetando o campo dos atores coletivos, dos movimentos sociais e da cultura política. Vivemos hoje sob a égide da descronologização que nos traz o tempo impreciso, aleatório e fugaz. É o tempo do imediato do instantâneo e do incontrolável, onde não há espaço para a cristalização de tempos que se apresentam estruturados entre o passado, o presente e o futuro, mas para tempos onde prevalece o presente intenso e contínuo.

As duas referências fundamentais para a compreensão do tempo – a sua medição pelas máquinas e a pela orientação finalista (o presente se torna inteligível apenas a partir de um ponto que se situa fora dele) – se dissolvem nos últimos anos e, assim, os indivíduos convivem com ritmos e tempos marcados pela sua subjetividade ao lado de experiências temporais que se situam fora dele, caracterizadas por ritmos sociais diferenciados.

Essas transformações são agudizadas nas vivências juvenis, pois sob a ótica dos ciclos de vida “o ritmo de ressocialização dos adultos é mais lento, os jovens em troca aterrizam no presente, nele formam sua personalidade, constroem sua cultura e organizam seu mundo perceptivo e sensível, seus valores e ritmos.” (MARGULIS, 1998). Por essas razões, é nessa etapa da vida que se tornam mais evidentes os desafios na construção da identidade, entendida como processo de atribuição de significados e respostas que permitem apontar o reconhecimento - quem sou - e, ao mesmo tempo, a alteridade -quem é o outro do qual me aproximo ou me diferencio. Mais ainda, o campo da identidade na sociedade contemporânea envolve traços importantes como abertura, multiplicidade, diferenciação e reflexividade

Sposito (1999) observa a necessidade de considerarmos criticamente a idéia de transição, que frequentemente tem implicado a subordinação das fases da vida; nesse caso, o sentido a ser imprimido à juventude estaria apenas restrito à preparação para algo que está fora dela, ou seja, a etapa posterior, consagrada na vida adulta. Por essas razões, torna-se fundamental reconhecer que o modo de se tornar adulto tem sido construído historicamente, tendo por base uma ampla diversidade

sócio-cultural e, não obstante a percepção de certos traços comuns (sobretudo nas sociedades urbanas e industrializadas), é ponto forte nos diagnósticos sobre a vida dos setores jovens a idéia de uma significativa heterogeneidade, produzindo demandas diversas – e, por consequência, ampliando a noção de direitos – que articulam as necessidades do presente com os projetos ancorados em alguma imagem de futuro.

Nessa mesma direção, Charlot (2000) avança ao enfatizar a questão da ação do indivíduo sobre o mundo e no mundo. É sob essa ótica, que buscamos nesse autor, uma nova compreensão dos processos de socialização. Consideramos que a socialização dos jovens pode ser compreendida como o processo por meio do qual, esses sujeitos interagem com o social, construindo dessa relação seus valores, suas normas e seus papéis, definindo e redefinindo suas posições e representações das suas próprias necessidades e interesses, mediado continuamente pelas diversas fontes, instituições e outros espaços educativos, que constituem suas formas de pensar, sentir e agir.

Nesse sentido é que o jovem que está inserido em determinado grupo social não se reduz a esse vínculo, e pode ser pensado a partir da posição desse grupo em um espaço social. Os jovens contemporâneos encontram-se em uma sociedade em que as instituições tradicionais de socialização, como escola, mostram-se frágeis, não sendo uma referência de valores e normas.

A relação histórico-social concreta do jovem com o mundo está qualificada pela sua condição juvenil, para qual as definições com bases classificatórias precisas acarretam ambigüidades que dificultam indicadores analíticos que possibilitem entender as implicações que envolvem de modo abrangente a condição da juventude. Segundo Margulis (1998), são as multiplicidades das situações sociais que definem os marcos históricos, sociais e culturais distintos na condição de ser jovem e, nesse sentido, abre-se um imenso leque de estudos sobre esse segmento social a partir de suas referências híbridas. A condição social do jovem deve ser compreendida na sua articulação com a geração a que pertence e às outras a que se refere em função da idade, como um crédito que lhe concede uma moratória vital e que o distingue com relação à distância, no tempo, da morte; com a memória social incorporada; com as relações de gênero que fazem com que processem seu corpo de modo diferenciado pela sociedade e a cultura; com a experiência de vida diferencial,

que é delimitada conforme a sua classe social de origem. Em outras palavras, a condição histórico-cultural de juventude não se oferece de igual forma a todos os jovens (MARGULIS, 1998).

A dimensão simbólica, portanto, é simultânea à dimensão material da vida juvenil e quando ambas são consideradas colocam em questionamento os modelos de socialização que estão comprometidos com o reprodutivismo e a repetição da lógica dominante. O contrário está na concepção da socialização como aprendizagem do mundo, que adota como elementos de significado a experiência do jovem-aluno, seu modo de vida, pensamento, expressões culturais, expectativas com relação às gerações que o precederam, memória do lugar social a que pertence, como pontos de partida do seu aprendizado.

O que os estudos sobre a cultura juvenil vêm demonstrando é que a resistência à tradição se revela fora do cotidiano institucional por onde os jovens experienciam parte da sua vida social. A partir dos anos 90, tem se evidenciado para o pesquisador a força das respostas sociais juvenis em espaços que permitem ao grupo de referência geracional ser mais do que um refúgio ao individualismo imposto pela razão instrumental moderna, mas uma estratégia de negação da ordenação institucional por onde sua educação é necessariamente moldada. A cultura juvenil, portanto, vem se criando tanto como forma de satisfazer a necessidade geracional (social) quanto de substituir a ausência de elementos de formação política, como consequência concreta da vida de uma geração educada, institucionalmente, para ser cativa de um presente sem perspectivas.

Os jovens e os encontros e desencontros na escolarização

Na relação entre o saber, a escola e os estudantes de periferia é possível questionar os encontros e os desencontros que acontecem entre professores e jovens. Entre os professores ocorre que nem sempre conhecem o público com o qual trabalham, nem sempre têm uma adequada formação profissional e pessoal ou, ainda, muitos sofrem da falta de reconhecimento social como profissionais. Da parte dos jovens/alunos, ocorre que o ensino público ainda não garante a eles as condições necessárias e suficientes para o desenvolvimento de uma relação pessoal e significativa com os saberes, tão relevante para o êxito da aprendizagem. Nessa situação a socialização do jovem no contexto

escolar e as relações entre o professor e o aluno têm sido especialmente difíceis, com sérios problemas de disciplina e com grande falta de interesse por parte dos alunos, para o desespero dos professores. Para grande parte dos jovens, tudo se passa como se, por antecipação, eles rejeitassem a escola e os professores, não conseguindo estabelecer um vínculo pessoal e significativo com o saber, sobretudo com o saber escolar e/ou intelectual (CHARLOT, 1996).

Corroborando essa constatação um estudo com jovens de comunidades praianas da Ilha de Santa Catarina, no sul do Brasil (DURAND, 2000), demonstrando que a socialização escolar representa para as famílias dos jovens/alunos pesquisados o lugar que já faz parte de sua cultura, ainda que a conjuntura social e econômica divida o seu papel de agência de socialização com outros grupos sociais. No resgate da trajetória escolar dos jovens as famílias aparecem como importantes incentivadoras, cada uma à sua maneira, no percurso de escolarização até as primeiras séries do ensino fundamental. No entanto, as diferenças começam a ocorrer a partir das séries finais do ensino fundamental, etapa em que a escola começa a adquirir, para esse contingente de jovens, sentido, valor e outros níveis de importância (DURAND, 2002).

É nesse momento que as diferenças e as diversidades têm maior visibilidade, quando alguns jovens/alunos revelam que na sua trajetória escolar são bem-sucedidos e outros têm sua trajetória truncada. Os primeiros vêem a escola como o lugar de realização dos seus projetos: estudar para curtir e se formar, entendendo a importância de um investimento para suas futuras profissões e realização de suas vidas. São jovens que tiveram experiências positivas com seus professores, profissionais esses que se integram no seu cotidiano como forma de melhor conhecê-los. No agrupamento dos jovens bem-sucedidos encontram-se aqueles que, coincidentemente, pertencem a grupos que incentivam e até demandam um bom desempenho de seus participantes na escola. Muitos jovens entendem que o aspecto da valorização da escola é pouco discutido na sociedade. Para esses jovens, a escola pública contemporânea tem cumprido o seu papel, como instituição de socialização e divulgação dos conhecimentos elaborados pela humanidade. Sobre essa perspectiva eles manifestam-se dizendo que a escola, com seus ensinamentos proporcionados pelo desempenho dos bons professores, constitui o passaporte para o bem-viver na sociedade, pois sem um determinado nível de escolaridade torna-se mais comple-

xo conseguir trabalhos e empregos fixos. É por meio da escola, o lugar da produção de saberes, que – se souberem aproveitar –, os jovens terão melhores chances de competição no mercado de trabalho e, portanto, serão mais respeitados no meio em que vivem.

Os jovens que não têm suas trajetórias escolares tão bem-sucedidas, apresentam uma vida escolar percorrida entre sucesso e insucesso, aprovação e reprovação, desistência e retorno. Esses não mostram, ou melhor, pouco esclarecem sobre as causas das inúmeras dificuldades encontradas no caminho por eles percorrido. Na verdade, independente da dificuldade estrutural que atualmente afeta as escolas públicas brasileiras, em se tratando daquelas de periferia litorânea, o desdobramento dessa problemática socioeducacional se potencializa cotidianamente, atingindo diretamente uma parcela desses jovens malsucedidos. Entre esses entraves sobressai a carência financeira familiar, que exige dos jovens a iniciação prematura em pequenos trabalhos (às vezes não tão pequenos) para parcialmente se sustentarem. E a partir daí desencadeia-se um processo de desvalorização da escola, em razão da prioridade dada ao trabalho, talvez esporádico, desses jovens. Nota-se que a condição de jovem trabalhador inicialmente é complexa para eles, pois, embora tenham percebido o apregoado valor da escola em suas vidas, não resta dúvidas, que a questão financeira que pode significar o trabalho, é um atrativo, enquanto uma forma de, parcialmente, os ajudar a se sustentarem.

As expectativas desses jovens em relação à escola pública são de que esta cumpra o seu papel, que é, por um lado, de subsidiá-los socioculturalmente para evitar sua exclusão social. No entanto, ao conviver com essa instituição, eles enfrentam outra realidade, traduzida como frustração diante da promessa da sociedade e o não alcançado via instituição escolar. Nesse sentido, os jovens denunciam a ausência da escola no aspecto formativo – nela há deficiência de profissionais para debates e reflexões sobre a problemática juvenil – e no aspecto profissional: a maioria dos cursos médios não indica possibilidades futuras de trabalho e ocupação profissional. Um outro motivo para a frustração dos jovens em relação à escola diz respeito ao distanciamento entre alunos e professores, em razão das condições objetivas que ambas as partes enfrentam. Isso porque, de um lado, há professores que tentam cumprir o limite mínimo de seus compromissos acadêmicos, restringindo-se a ministrar suas aulas. De outro lado, há os alunos que comparecem às aulas somente para obterem a frequência necessária exigida pela

legislação, desmotivados e impotentes para interferirem na inércia instaurada no ambiente escolar. Esses desencontros criam relações truncadas que não permitem vínculos nem profissional, nem afetivos.

Como moldura desse quadro que revela as relações dos jovens/alunos com a instituição escolar, chamam a atenção as inúmeras ausências estudantis na sala de aula, embora presentes nas dependências da escola. É nítida e reveladora a preferência dos jovens/alunos por determinados espaços dentro da escola – estar em seu pátio, na cantina, nas quadras de esportes e seus arredores, e não propriamente na sala de aula. Para eles, uma das grandes vantagens da escola é propiciar o encontro com os seus pares, com amigos e com a “galera”. É nela que trocam informações e impressões sobre os acontecimentos do seu cotidiano, mostrando a importância que atribuem a outros espaços onde podem criar relações identitárias, onde podem viver suas diferenças e diversidades, serem mais autônomos e autênticos, trocarem seus medos, anseios e desejos, que aparecem nas relações entre seus pares ou entre eles e os adultos.

A escola é ambígua nas suas relações, pois, se de um lado não tem se apresentado com qualidade, tanto no que se refere à formação quanto nas relações afetivas travadas no seu interior – não correspondendo, dessa forma, aos anseios e às expectativas da escolarização dos jovens –, de outro lado tem se apresentado como espaço privilegiado de socialização, parecendo cumprir parte de sua missão de origem: ajudar os jovens a conviver, a aprender e a passar do mundo juvenil para o mundo adulto.

Assim é que o jovem pobre que frequenta a escola pública vivencia sua juventude. Numa relação de encontro e desencontro, num conflito entre a necessidade de estar na escola e conviver com ela - pois reconhece que ela às vezes o ensina, às vezes lhe dá prazer, às vezes lhe proporciona possibilidades de empregos e “ascensão” social - e a necessidade do espaço de sociabilidade juvenil nos outros grupos, espaço quase sempre prazeroso, que também o ensina e lhe possibilita viver a experiência da solidariedade e da amizade.

O jovem e a cultura juvenil

As culturas juvenis podem ser interpretadas como respostas à destruição metódica da coletividade em nossa sociedade, questão que nos coloca na trilha da linguagem fragmentada e dispersa dos jovens,

mas que revela o elo histórico possível de uma geração diante dos dilemas contemporâneos e com o futuro (SOUZA, 1999). Jovens vêm compondo um quadro que, paulatinamente, está construindo uma contra-hegemonia política e cultural que, de diferentes “lugares” sociais, cria novas formas de lembrar a sociedade sobre os equívocos que esta vem cometendo. São gestos, palavras, que expressam a compreensão da vida, a descoberta de que não se pode deixar de vivê-la sem respostas, qualquer que seja a resposta, (LAPASSADE, 1968); são performances, idéias e posições, que surgem da vontade juvenil de estar presente no espaço público.

Ao gestarem novas experiências na sua vida cotidiana, expressam negação institucional e criam formas de contraposição à ordem. A maleabilidade, a capacidade de mudança, a adaptação das expressões escolhidas como forma de recusa às instituições são atravessadas por experiências tênues de autogestão e outras formas associativas que orientam a lógica da sociabilidade juvenil.

Os grupos juvenis, como por exemplo o do Movimento Hip Hop⁴, têm como tônica o coletivo como espaço de novas experiências de pertencimento e reconhecimento social, como chave para a construção de suas identidades, tanto pessoais como coletivas (SOUZA, 2000).

Suas experiências educativas nas práticas culturais e sociais definidas no dia-a-dia aparecem como referências que questionam e recusam a imposição do mundo adulto, formando o alicerce de sua capacidade crítica diante do mundo. São espaços que não só geram identidades culturais coletivas, mas formas associativas que possuem potencial aglutinador que produzem as possibilidades do retorno do jovem como ator, que redimensionam sua presença no espaço público.

Na concepção dos jovens ligados ao movimento Hip Hop, protagonistas das ações coletivas junto à suas comunidades, o “disco é o livro que instrui” e “usa a música como instrumento no seu poder de educar; encarnar uma luta, por meio da palavra, contra o instituído”, denunciando a violência, usando a cultura como freio contra a barbárie social. Fora da instituição escolar educa-se na denúncia, cotidianizando a política como expressão humana do pensar. O grupo cria uma cultura própria que canaliza a rebeldia de forma organizada, coloca a arte como forma da emancipação social e faz os jovens cientes do “extermínio de classe” que se opera na periferia.

O afastamento das instituições educativas da experiência dos jovens/alunos “fora dos muros da escola” faz com que, de um modo geral, a aproximação ocorra como episódio, fuga da rotina, demonstrando a incapacidade da instituição em considerar a problematização criativa do mundo juvenil. A escola, ao colocar-se impermeável às expectativas dos jovens, desperdiça o enorme potencial de crítica do saber contido nas manifestações das populações jovens sob a forma de uma reelaboração estética (SILVA, 1999). O que nos leva a concordar com Duarte (1999) quando afirma que a expansão do ensino fundamental contribui para a sua homogeneização, “impondo um padrão cultural e lingüístico e, ao mesmo tempo, marginalizando e descaracterizando todas as manifestações das classes populares”, relegando-as ao ser curiosidade, ao ser folclore, para exibir, para mostrar, contrapor-se ao ser, ao fazer, ao sentir.

Apesar da ausência generalizada da perspectiva de projetos pedagógicos que incorporem a cultura juvenil dentro da escola, não se deve ignorar algumas experiências já feitas no universo curricular e que valorizam o Hip Hop como instrumento de construção da cultura e do saber na prática escolar. Servem de exemplos projetos de ensino de gramática a partir do RAP que, por meio da descontração e compreensão dos conteúdos das letras de suas músicas, destacaram a importância de trabalhos cooperativos: cópia das letras, explicação e interpretação individual da música, trabalhos em grupos para a compreensão e interpretação de mensagens, elaboração de textos coletivos, reforço do vocabulário e da gramática, debate sobre a criação de novas condutas (NEVES, 1999); projetos de resignificação da escola junto aos alunos, a partir de suas vivências e interesses (SILVA, 1999); projeto de preparação de aulas a partir do RAP como matéria prima para conteúdos das disciplinas de história, ciências sociais e filosofia que trazem as “vozes da rua, da realidade, da experiência da vida do jovem” para a sala de aula como modo de aprender o mundo por eles próprios (SANTOS, 1999), entre outros.

Esses exemplos sinalizam que as experiências, as motivações e os interesses dos próprios jovens, com suas semelhanças e diferenças, indicam a contemporaneidade de um projeto político-pedagógico e cultural com sua época. O desafio, portanto, está na oportunidade de reencontros com uma escola de possibilidades – que reconhece o jovem/aluno e com ele troca, dialoga, constrói saberes e conhecimentos.

Considerações finais

O debate aqui desenvolvido acerca de como educar os jovens, não pretendeu ser conclusivo sobre a sua escolarização num contexto individualista que ignora a margem de autonomia dos envolvidos no processo educativo. No entanto, procurou-se alertar para o engano da constatação sobre ausência de soluções possíveis que possam ativar a capacidade de intervenções orientadas pelas culturas juvenis.

Os jovens estão se organizando para transformar suas carências em direitos e, ao assim procederem, respondem à exclusão ensaiando um projeto emancipatório. Mas como acompanhar, nas novas gerações, um movimento fluido, “itinerante”, descentrado de um estrutura e proposição “interventiva”, e fazer a escola considerar essa realidade? É preciso entender e aceitar que os jovens hoje organizam-se em espaços e tempos que permitem relacionar seus interesses e afirmar sua identidade social, cultural e política, fazendo do seu grupo de afinidade depositário de sua confiança.

Nesse contexto, o comportamento social e a atitude política de uma geração estão relacionados, também, a uma reação aos conteúdos propostos por um sistema educacional que educa falando do futuro ou de um passado descontextualizado, o que torna essa geração cativa do presente. O fortalecimento do instinto de competitividade, estímulo à concorrência entre as pessoas, dependência no processo de aprendizado são caminhos que a escola incentiva quando silencia sobre as manifestações próprias das culturas juvenis.

A educação de jovens tem sido marcada pelo esvaziamento do caráter histórico e pela naturalização do imediatismo, mas pode inverter seu papel preocupando-se com a ação reflexiva das novas gerações, motivando a criatividade que lhes são própria, investindo na sua formação político-cultural e valorizando o que é único na condição juvenil. Ao fortalecer o questionamento no processo da socialização juvenil, a escola neutraliza o seu papel dissimulado de reprodutora de um arbitrário cultural único substituindo-o por outros códigos socioculturais capazes do reconhecimento emancipatório do universo dos jovens com suas compreensões do mundo carregadas pela sua condição geracional demarcada por relações de gênero, de classe, de raça, e etnia.

Seria utopia imaginarmos uma escola incentivando a aversão à violência, a repulsa à competição, a recusa ao autoritarismo hierárquico, o despre-

zo pelo poder, a denúncia da humilhação, da desigualdade social e do individualismo, como o fazem muitos jovens no seu espaço coletivo de convívio? O que é a escola senão também seus alunos? Internamente, se a escola ambientar-se para a educação política dessa geração, ouvindo-a, entendendo-a, dando-lhe autoridade, pode estar criando oportunidades de resolução de muitos problemas (tanto dos jovens quanto da própria escola).

São muitos os jovens que, sob a exclusão social e cultural, estão a nos indicar, claramente, que a crítica da cultura é cada vez mais imprescindível no trabalho pedagógico para substituir a cultura da brutalidade pela cultura da delicadeza (ADORNO, 1995). Talvez assim seja possível começarmos a mexer de fato na escola contemporânea, que usa como estratégia a perspectiva de um futuro abstrato, que se respalda e argumenta em um passado sem significados, para se ver livre de um presente com o qual não sabe lidar.

Notas

- 1 Estamos considerando que a categoria jovem/aluno abrange a presença daqueles jovens que freqüentam o ensino fundamental, o ensino médio, as classes de aceleração, o ensino de seriação e de jovens e adultos. Leva-se em conta a presença do jovem regular que indica o desencontro entre idade e seriação e as trajetórias truncadas de jovens repetentes, que ora os afastam da escola temporariamente, ora os excluem de forma definitiva.
- 2 No interior das teorias geracionais Pais (1993) identifica tanto aquelas ancoradas nas teorias da socialização como nas teorias sobre as gerações.
- 3 Pais (1993) aponta que, “nas correntes ‘geracional’ e ‘classista’, o conceito de cultura juvenil aparece associado ao de cultura dominante.”
- 4 O crescimento do movimento Hip Hop mostra de forma afirmativa o modo de vida e conduta juvenil que está ultrapassando as características geracionais para consagrar-se enquanto uma cultura e código de sociabilidade própria das manifestações políticas e culturais contemporâneas. Na junção das quatro formas de arte de rua, o break (dança), o grafite (pintura), o rap (ritmo e poesia) e o disc jockey, o Hip Hop brasileiro surge nos anos 80 do século passado, e adquire o sentido de combate à violência urbana.

Referências

- ADORNO, Theodor, W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- CHARLOT, Bernard. *Relações com o saber elementos para uma teoria*. Porto Alegre, Artmed, 1997.
- _____. *Os jovens e o saber: perspectivas mundiais*. Porto Alegre, Artmed, 2001.
- DUARTE, Geni R. A arte na (da) periferia: sobre...vivências. In: ANDRADE, Elaine Nunes (Org). *Rap e educação, Rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999.
- DURAND, Olga Celestina da Silva. *Jovens da Ilha de Santa Catarina: socialização e sociabilidade*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 2000.
- _____. Jovens e a escola: relações de encontros e desencontros. In: ENDIPE, 21., 2002, Goiania. *Anais...* Goiania (Go): [s.n.], 2002.
- _____. Grupos culturais juvenis e os processos de escolarização. In: CONGRESSO DE REORIENTAÇÃO CURRICULAR , 3., 2002, Blumenau. *Anais...* Blumenau (SC): [s.n.], 2002.
- DURKHEIM, Emile. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1952.
- LAPASSADE, Georges. Os rebeldes sem causa. In: *Sociologia da Juventude, III: a vida coletiva Juvenil*. Rio de Janeiro: Livrarias editoras reunidas, 1968. v. 2, p. 113.
- MARGULIS, Mario. *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre la cultura y juventud*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1996.
- MELUCCI, Alberto. *Il gioco dell'io: il cambiamento di sé in una società globale*. Milano: Saggi/ Feltrinelli. 1991.
- MELUCCI, Alberto; FABBRINI, Ana. *L'età dell'oro adolescenti tra sogno ed esperienza*. Milano: Feltrinelli, 1992.
- _____. Juventude, tempo e movimentos sociais. ANPED: *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5-6, 1997. Numero Especial.
- NEVES, Lair A. Delphino. Rap na sala de aula. In: ANDRADE, Elaine Nunes (Org). *Rap e educação, Rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999.
- NOGUEIRA, M. Alice; CATANI, A. (Orgs). *Pierre Bourdieu: escritos em educação*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

- PAIS, J. Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.
- PERALVA, Angelina. O Jovem como modelo Cultural. ANPED: *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5-6, 1997. Numero Especial.
- SANTOS, Sandra. Alunos, estes desconhecidos. In: ANDRADE, Elaine Nunes (Org). *Rap e educação, Rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999.
- SILVA, José Carlos da Silva. A experiência do Movimento Hip Hop paulistano. In: ANDRADE, Elaine Nunes (Org). *Rap e educação, Rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999.
- SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da Utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker/ Fapesp, 1999.
- _____. Os jovens, as políticas sociais e formação educativa. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, n.26, p.52-80, out. 1999.
- _____. Insurgências juvenis e as novas narrativas políticas contra o instituído. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis: Programa de Pós Graduação de Sociologia e Política/ UFSC, jul. 2002.
- _____. Herdeiros deserdados juvenis: do pragmatismo à convicção política. In: ENCONTRO DE PRÉ-VESTIBULAR POPULAR, 1., 2000, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2000.
- SPOSITO, Marília P. Educação e Juventude. *Educação em Revista*, Minas Gerais, n. 29, 1999.

Youth Educational experiments: *Experiencias educativas de la*
school and cultural groups *juventud: entre la escuela y los*
grupos culturales

Abstract

This article, which is based on the socialization concept, discusses some youth educational experiments at school and in cultural groups. We debate, under the Youth Sociology's point of view, the constitution of the contemporary youth category and its relation with the school environment and other social environments where the youth are found. We analyze youth social practices as sociocultural ways of resisting and protesting that are associatively and collectively expressed emphasizing their sociopolitical sense. In addition to that, we present empirical data from researches carried out with youths from the south of Brazil that allow us to conclude about the necessity of incorporating youth cultural values in the educational process in order to allow schools to go beyond their mere roles of answering the youth's questions and educating them to face social adaptation.

Key words

The Youth; Youth Cultures; The Youth and School.

UFSC/CED/EED- Campus Trindade
e-mail: olgadumu@terra.com.br

UFSC/CFH/DSP-Campus Trindade
e-mail: janice@cfh.ufsc.br

Resumen

El presente artículo discute a partir de la noción de socialización, algunas experiencias educativas juveniles en la escuela y en los grupos culturales juveniles. Desde el enfoque de la Sociología de la Juventud, discute cuestiones relacionadas a la constitución de la categoría juvenil contemporánea y su articulación con el espacio escolar y los demás espacios sociales donde el/la joven están inseridos. Analiza las prácticas sociales como elementos de producción de resistencia y de protesto socio – cultural por medios de expresiones colectivas musicales, asociativas, entre otros, marcando su sentido político-social. También se presentan datos empíricos colectados en investigaciones realizadas con jóvenes en el sur de Brasil donde se concluye con la necesidad de comprender las culturas juveniles dentro del proceso educativo como una de las formas de superación de su compromiso con la adaptación social y la ausencia de cuestionamientos.

Palabras claves

Juventud, Juventud conducta; Jóvenes y la Escuela; Juventud- Aspectos Sociales.

Recebido em: 18/07/2002
Aprovado em: 22/08/2002